

**FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE
IBITINGA- FAIBI**

CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Tyffany Alícia Corrêa

EDUCAÇÃO INFANTIL: Entre o legal e o instituído.

**IBITINGA/SP
2019**

Tyffany Alícia Corrêa

EDUCAÇÃO INFANTIL: entre o legal e o instituído.

Monografia de Conclusão de Curso apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ibitinga, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maristela Gallo Romanini.

**IBITINGA/SP
2019**

Tyffany Alícia Corrêa

EDUCAÇÃO INFANTIL: entre o legal e o instituído.

Relatório final, apresentado a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – FAIBI, como parte das exigências para a obtenção do título de Pedagogia.

Ibitinga, _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Maristela Gallo Romanini.

Prof.^o André Luiz Zani

Prof.^a Fabiana L. Bellanda

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente á minha avó Tereza Beneli Corrêa que sempre acreditou em mim, e me passou excelentes valores e princípios, a toda minha família que esteve ao meu lado nos momentos de maiores dificuldades e alegrias para a conclusão desse curso, e aos meus professores que foram mestres por toda a minha trajetória acadêmica, e em especial aos professores da Faibi que me fizeram enxergar o mundo de uma maneira incrível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois sem ele nada seria possível, e todos que de alguma forma contribuíram para que este trabalho acadêmico pudesse ter sido realizado, em especial a minha avó que sempre esteve ao meu lado, minha professora Dra. Maristela Gallo Romanini por sua dedicação em me orientar nesse trabalho, ao meu namorado que nesse último ano entendeu a falta de tempo muitas vezes para com ele, aos meus amigos e colegas de faculdade por terem contribuído de alguma forma para minha evolução e crescimento, e pelo companheirismo nessa jornada acadêmica.

EPÍGRAFE

É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.
(Paulo Freire).

RESUMO

Por muito tempo a Educação Infantil foi relegada ao assistencialismo e frente às transformações da sociedade foi necessário rever o papel da Educação Infantil. Em meio a estas mudanças este trabalho buscou compreender o sentido da Educação Infantil, suas influências para as etapas posteriores, nos diferentes aspectos do desenvolvimento cognitivo, físico e motor da criança. Para isso, foi necessário buscar leituras bibliográficas, recorrer à Legislação Educacional vigente, bem como as teorias educacionais com foco em Educação Infantil no cumprimento das leis, ação das escolas e professores. De posse das informações obtidas, foi realizada uma pesquisa de campo por meio das observações transcritas em diário de bordo, para garantir registros fidedignos e posteriormente ser feita a análise das leituras obtidas em confronto com a realidade apresentada nas instituições de Educação Infantil, verificando o cumprimento das orientações e legislações nas práticas pedagógicas. Por fim, coube a esta pesquisa entender o cenário em que se encontra a Educação Infantil, para fundamentá-la com evidências bibliográficas e elucidá-las, além da possibilidade de sobre a prática, pautando a necessidade de ajustes para que a qualidade desse binômio, que ainda existe na Educação Infantil, o cuidar e o educar, possa ser preservado.

Palavras-chave: Educação Infantil. Cuidar e Educar. Práticas Docentes. Legislação. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

In the of the evolution of humanity, there is a need for human adaptation to change as a means of survival, including in school education and to understand the meaning of early childhood education, and what it entails in later years, character formation and development cognitive, physical and motor of the child, I set out to search for bibliographic readings at first, with the readings on educational lesion and educational theories focusing on children, compliance with the laws, action by schools and educators, and the public authorities. With the information obtained, it was decided to do a field research with a logbook, to later make an analysis of the readings obtained in comparison with the reality presented in the educational institutions early childhood education, whether they are conducting guidelines and legislations in pedagogical practices or not. This research was carried out in an attempt to understand the foundations evidenced by the bibliography in question for an understanding, in this scenario that begins education. It is possible to reflect on the practice and see where it needs some adjustment so that the quality of this binomial that still exists in care and early childhood education is preserved.

Key – words: Educational legislation. Educational theories. Child education. Analyze. Take care and educate.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

CF - Constituição Federal.

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

PNE – Plano Nacional de Educação.

MEC – Ministério da Educação e do Desporto.

CNE – Conselho Nacional de Educação.

BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1A EDUCAÇÃO INFANTIL, REFERENCIAIS, DIRETRIZES E NORMATIZAÇÃO.13	
1.1 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	14
1.2 O REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL ...	18
1.3 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	20
1.4 AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	21
1.5 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.....	23
2 EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES, FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS.....	25
2.1 AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E O FAZER DOCENTE.....	25
2.2 A CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL AO LONGO DO TEMPO: EDUCAR E CUIDAR	34
3 A LEGISLAÇÃO, AS TEORIAS E A ANÁLISE DO REAL.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	52

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como temática principal a Educação Infantil como tem sido garantido o tratamento às crianças na escola de Educação Infantil, com base na legislação vigente e em teorias sobre educação infantil e a aplicabilidade destas nas instituições, considerando que o presente refletirá no futuro.

Autores afirmam que é possível que se carregue para a idade adulta questões resolvidas e não resolvidas da infância. Valores e atitudes aprendidos com os professores na infância podem ser os formadores de hábitos no adulto.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (1990), considerado um pacto nacional em defesa dos direitos da infância e adolescência no país, pode-se constatar que é tarefa de todos e responsabilidade de cada um, o cuidado com as crianças, principalmente nos primeiros anos de vida, período que ela se formará e cuja formação perdurará por toda sua vida.

A criança cabe ser garantido o direito à vida e à saúde, à liberdade, ao respeito e à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, e à todas as medidas de proteção conforme o ECA (1990).

A leitura de várias obras de autores diversos, encaminham para o cuidar das crianças a fim de que sejam seres de bem, e não medianos tendo para isso que educar, ensinar, estimular, despertar a motivação da criança enquanto se têm uma certa influência sobre elas para despertar-lhes o interesse por valores e atitudes socialmente aceitos.

Dentre esses poderíamos citar, Vygotsky (1962) que no livro “Pensamento e Linguagem” traz que o professor é um informante fundamental, e é no desenvolvimento dos anos iniciais, que as crianças criam mecanismos e instrumentos, como a linguagem, que irá servir de base para toda a vida; Claparède com seus estudos sobre os interesses humanos, visto em um artigo de Lílian Erichsen Nassif e Regina Helena de Freitas Campos para Universidade Federal de Minas Gerais em 2005, Pestalozzi com a pedagogia do amor, como descrito no livro Pestalozzi Um Romance Pedagógico de Alves, Walter Oliveira 2014.

Rubem Alves, no vídeo provocações do jornalista Abujamra, diz que a criança tem que ser motivada pois, “ostra feliz não faz pérola”, “e que ideias diferentes

fazem transformações fantásticas”, Cortella (2015), fala sobre como os adultos são exemplo para as crianças, em uma de suas obras Educação, convivência e ética.

Diante de tais colocações foi realizada pesquisa sobre o assunto, que será apresentada em três capítulos.

No primeiro capítulo, tratou-se da legislação vigente como o Estatuto da Criança e do Adolescente, Constituição Federal, Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, Plano Nacional de Educação, Ministério da Educação e do Desporto, Conselho Nacional de Educação, Base Nacional Comum Curricular, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Fundo das Nações Unidas para a Infância e Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

No capítulo 2 trata-se de teorias embasadas em vários autores para a Educação Infantil, falando sobre o tratamento da infância ao longo do tempo, o cuidar e o educar, as práticas pedagógicas e a qualidade na Educação Infantil.

No capítulo 3 far-se-á uma análise da legislação e teorias, comparando com registros fidedignos de um diário de bordo realizado em uma instituição escolar de período integral da Educação Infantil na cidade de Ibitinga-SP por meio de pesquisa de abordagem de análise qualitativa buscando contribuir para um melhor entendimento e para o trabalho em conjunto para o bem estar intelectual e social da criança

1 A EDUCAÇÃO INFANTIL: NORMATIZAÇÃO, DIRETRIZES E REFERENCIAIS.

Este capítulo refere-se à busca da contextualização da Educação Infantil nas leis e diretrizes, nas propostas oficiais norteadoras desta etapa de ensino, e também nas pesquisas bibliográficas, que apresentam de forma teórica como deveriam ser as instituições de Educação Infantil, além de pretender entender o aparato legal, que assegura a educação infantil na busca de verificar como se dá a sua verdadeiramente aplicação.

Assim sendo, para compreender a Educação Infantil se faz necessário, recorrer a um breve histórico das mudanças que vem ocorrendo no mundo desde o ano de 1960, época em que as estruturas educacionais começam a ser questionadas.

A década de 60 foi uma década de grandes agitações e transformações, com movimentos de independência das antigas colônias europeias, protestos estudantis na França e em vários outros países, continuação do movimento em prol aos direitos civis nos Estados Unidos; os movimentos de contracultura, o movimento feminista, a liberação sexual, as lutas contra a ditadura militar no Brasil. Importantes movimentos sociais e culturais caracterizaram esse período e surgem também em apoio a atos de mudanças e transformações a publicação de livros, ensaios, e teorizações que problematizavam pensamentos e estruturas educacionais tradicionais.

Um pouco mais adiante vieram as mudanças curriculares, pois, a partir de 1988, a Constituição Federal (CF) de 1988, no seu artigo 227 passa a considerar a criança um cidadão de direitos e em 1990, é publicado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para legitimar tais considerações e proteger os direitos das crianças e adolescentes.

A Constituição Federal trouxe o direito de educação para todos como dever do Estado e da família e direito ao pleno desenvolvimento do indivíduo, principalmente quando criança. Atribui obrigatoriedade ao Poder Público em atender em creches e pré-escolas, as crianças até seis anos de idade, caracterizada como Educação Infantil; o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo, e que a sua não oferta importa irregularidade e responsabilidade da

autoridade competente e traz ainda, ao Município a responsabilidade de atuar prioritariamente no atendimento à Educação Infantil, uma vez que:

A expressão educação “pré-escola”, utilizada no Brasil até a década de 1980, expressava o entendimento de que a Educação Infantil era uma etapa anterior, independente e preparatória para a escolarização, que só teria seu começo no Ensino Fundamental. Situava-se, portanto, fora da educação formal. Com a Constituição Federal de 1988, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade torna-se dever do Estado (Brasil, 2017, p, 35.)

Bom lembrar que anteriormente ao ano de 1980, não havia a obrigatoriedade das crianças frequentarem as creches e pré-escolas, cujas instituições ficavam a cargo de empresas privadas e de alguns municípios a sua construção, para atender aos pais que verdadeiramente não pudessem ficar com seus filhos e precisavam trabalhar e não tinham como e onde deixar essas crianças. Nestes locais, tal etapa não era considerada educação formal, e por isso também não se discutia questões pedagógicas, como na atualidade.

De 1980 para cá diversas condições mudaram e a oferta de creche e pré-escola passou a ser ofertada advindo do Poder Público, obrigando com 4 anos de idade os pais a matricularem seus filhos na pré-escola, que agora têm um papel pedagógico de anteceder o ensino fundamental e a alfabetização, porém sem obrigatoriedade de avaliação ou outras formas de seleção.

1.1 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (1990), considerado um pacto nacional em defesa dos direitos da infância e adolescência no país e pelo artigo 227 da Constituição Federal CF (1988), a educação é responsabilidade de todos e responsabilidade de cada um no cuidado com as crianças, principalmente nos primeiros anos de vida, reafirmando a importância desta etapa, pois este cuidado é que formará a base do seu desenvolvimento que perdurará e impactará por toda sua trajetória de vida.

O ECA, traz como princípio que criança têm direito à vida e à saúde, à liberdade, ao respeito e à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, e a todas as medidas de proteção. (Brasil, 1990).

ART. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

ART. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

ART. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (incluído pela Lei nº 13.257, de 2016).

E, para garantir os cuidados com as crianças há o Conselho Tutelar, que fiscaliza e trabalha em conjunto com as escolas e a família para que seja garantido o respeito aos direitos das crianças e adolescentes:

ART. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

ART. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Os artigos citados acima determinam que desde o nascimento da criança, a família têm o dever de zelar pela criança, e quando em idade escolar, ou como ocorre com a grande maioria, de ser matriculada em creche com idade de seis

meses para os pais poderem trabalhar, todos os cuidados devem ser feitos pela equipe escolar tanto os monitores, passando por professores, diretores, com a garantia e o dever de evitar discriminação e opressão, sendo os professores, os atores que devem zelar por tais atitudes, para evitar que não haja mais a disseminação do preconceito na escola.

Nell Keddie (1971), ao falar sobre a visão do mundo dos professores, diz que o conhecimento prévio que estes têm dos alunos pode influenciar a maneira de como irão tratá-los.

E ao professor, cabe ensinar a criança desde pequena que ela é um ser único, com direitos e vontades individuais, mas que também faz parte de um coletivo, que deve se socializar e respeitar todos a sua volta.

ART. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Faz-se importante atentar-se para a maneira como as crianças chegam e como são tratadas nas creches ou escolas de Educação Infantil, que devem ser locais seguros, pois, as atitudes das crianças podem ocultar comportamentos sob suspeita, não havendo assim forma detalhada do que observar numa criança, ficando a cargo do bom senso de quem o está fazendo, a fim de protegê-la conforme exige o artigo 13º.

ART. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. (Redação dada pela Lei nº 13.010, de 2014).

Já, casos de maus tratos partindo dos familiares, o Conselho Tutelar deve intervir, até se necessário abrigando a criança com outros familiares mais próximos,

sob a guarda deles, ou até mesmo em abrigos provisórios para posterior adoção por outras famílias que não tenham parentesco sanguíneo.

ART. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se: I – castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: a) sofrimento físico; ou b) lesão; II – tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que: a) humilhe; ou b) ameace gravemente; ou c) ridicularize.

Por ser a criança um ser frágil, que não têm a vivência e experiência de um adulto, esta deve ser protegida por todos de todas as formas, conforme reafirma ECA (1990).

Esta conquista se deu ao longo dos anos, após muitas lutas e conquistas para a sociedade brasileira garantir vários direitos aos cidadãos, e consequentemente à criança, como um ser em desenvolvimento, que também teve assegurado seus direitos: direito à cultura e lazer na sociedade a qual pertence, a educação e ao seu pleno desenvolvimento, com subsídios do Poder Público para garantir condições suficientes para seu desenvolvimento. Aos pais cabe a responsabilidade de estar presentes no convívio e no cotidiano escolar dos filhos, reafirmando este dever no capítulo IV do ECA.

ART. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – direito de ser respeitado por seus educadores; [...] IV – direito de organização e participação em entidades estudantis; V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

47 Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

ART. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

Às instituições educacionais cabe respeitar a realidade e a cultura da criança, e nunca impor ideias ou cultura única.

Ao poder público cabe garantir que a criança tenha garantido o seu desenvolvimento psíquico e cognitivo sadios por meio da construção e manutenção de parques, e áreas de lazer para a diversidade de programação cultural além de recursos adaptados, “ Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude”. (BRASIL, 1990).

O Estatuto, traz a consciência de que as crianças também são sujeitos, e sujeitos de direitos, e as preocupações de instituições de Educação Infantil devem ser pelos meios de oferecer à criança que se desenvolva integralmente, por relacionamentos entre adultos e crianças, e crianças com crianças.

Na Lei de Diretrizes e Bases – nº 9394/96, a oferta de educação infantil em instituições próprias para as crianças começa a ser delineada, sendo que a primeira etapa da educação básica, têm como finalidade o desenvolvimento integral da criança, sendo físico, psicológico, intelectual e social até os seis anos de idade, complementando a ação da família e dos demais partícipes na educação dessa criança, e a oferta deste deve ocorrer em creches ou instituições equivalentes até os 3 anos de idade, e após esse período em pré-escolas para crianças de 4 e 5 anos, obedecendo ao proposto na lei, com acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção para outros níveis de escolaridade.

1.2 O REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL (RCNEI)

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil RCNEI (1998) trata-se de um documento de orientação que possui três volumes, e é organizado na forma de um documento introdutório, que apresenta reflexão sobre creches e pré-escolas no Brasil, situando e fundamentando concepções de criança, de educação, de instituição e do profissional, e orientando a organização dos documentos em eixos de trabalho, agrupados em dois volumes com âmbitos de experiência: Formação Pessoal e Social e Conhecimento do Mundo.

No volume que corresponde a Formação Pessoal e Social, estão contidos eixos de trabalho que favorecem os processos de construção da identidade e autonomia da criança.

O volume com âmbito de experiência, Conhecimento de Mundo, contém seis eixos a serem trabalhados: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

A organização do Referencial possui caráter instrumental e didático, devendo os professores ter a consciência de que a prática educativa é uma construção de conhecimentos, que se processa de maneira integrada e global e que há inter-relação entre os diferentes eixos a serem trabalhado com as crianças.

Os RCNEI são guias, que pretendem contribuir para o planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas educativas que considerem a pluralidade e a diversidade pois cada um têm a sua especificidade.

A organização dos conteúdos para o trabalho com Movimento deverá respeitar as diferentes capacidades das crianças, priorizando o desenvolvimento das capacidades expressivas e instrumentais do movimento.

Para se trabalhar com o conteúdo Música, deverá ser respeitado o nível de percepção e desenvolvimento, musical e global, com priorização de desenvolver a comunicação e expressão por meio da linguagem.

No que se refere às artes visuais, os conteúdos estão organizados em dois blocos, o primeiro se refere ao fazer artístico e o segundo trata da apreciação das Artes Visuais, oferecendo a criança visibilidade às especificidades da aprendizagem em artes.

A organização dos conteúdos de Linguagem Oral e Escrita devem se subordinar á critérios que possibilitem a continuidade em relação às propostas didáticas e ao trabalho desenvolvido. O domínio da linguagem surge do seu uso em múltiplas circunstâncias, nas quais as crianças podem perceber a função que ela exerce, e assim desenvolver diferentes capacidades.

Os conteúdos de Natureza e Sociedade são definidos em função das diferentes realidades e necessidades, de forma que possam ser de fato significativos para as crianças: relevância social e vínculo com práticas significativas; grau de significado para a criança; possibilidades que oferecem uma visão de mundo para a criança e ampliação do repertório de conhecimentos a respeito do mundo e de si.

A seleção e a organização dos conteúdos matemáticos representam um passo importante no planejamento da aprendizagem, pois aprender matemática é um processo contínuo de abstração, no qual as crianças atribuem significados e estabelecem relações com base nas observações e experiências, ocorrendo simultaneamente ao desenvolvimento de outras habilidades de natureza diferentes, como, comunicar-se oralmente, movimentar-se, dentre outros.

É evidente a necessidade da interdisciplinaridade entre os conteúdos sugeridos.

1.3 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014 é um instrumento de planejamento existente no Estado Democrático de Direito que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor.

Em seu contexto, fruto de amplos debates entre diversos atores sociais e o poder público, estão definidos os objetivos e metas para o ensino em toda a Educação Escolar, Básica e Superior, além das modalidades a serem executadas nos próximos dez anos. De acordo com o artigo 7º dessa nova lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios atuarão em regime de colaboração para atingir as metas, e implementar as estratégias previstas em texto legal.

O Plano Nacional de Educação se trata de lei viva, a ser lida, revisitada e principalmente observada. O seu cumprimento é objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), pelas comissões de educação da Câmara e do Senado, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Fórum Nacional de Educação.

As diferentes definições de planejamento, em geral, coincidem no reconhecimento de seu objetivo: direcionar a ação do Estado de forma a torná-la racional.

No que se refere na Educação Infantil, está na Meta 1:

Meta1:

“Educação infantil universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE”.

Cabe lembrar que a Emenda Constitucional nº 59, de 2009, na Constituição Federal de 1988, trouxe a obrigatoriedade da educação incluindo os anos obrigatórios da Educação Infantil.

Art. 1º Os incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 208. I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”; (Brasil, 2009).

Na LBD, em 2013 foi a Lei 12.796, de 04 de abril de 2013 que trouxe tal mudança.

1.4 AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL (DCNEI)

A definição da Base Nacional Comum Curricular BNCC (2016) para a Educação Infantil partiu das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil DCNEI (2010) que evidenciam os direitos das crianças de ter direito ao desenvolvimento de processos de apropriação, renovação e articulação de saberes e conhecimentos e à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outros meninos e meninas conforme o artigo 3º do DCNEI (2010)

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental,

científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Segundo as DCNEI (2010) para organizar o currículo da Educação Infantil é preciso considerar dois grandes eixos, as interações e a brincadeira (ludicidade); bem como os princípios éticos, políticos e estéticos e a indissociabilidade entre o cuidar e educar; a criança como ser integral que se relaciona com o mundo a partir do seu corpo em vivências concretas com diferentes parceiros e em distintas linguagens.

A seleção de saberes e conhecimentos socialmente significativos e contextualmente relevantes forem compartilhados e reelaborados com as novas gerações, como tarefa da escola numa sociedade complexa, assim sendo as instituições de Educação Infantil são contextos de promoção da equidade de oportunidades de acesso à pluralidade de bens culturais.

Já o currículo deve agir no sentido de constituir subjetividades humanas a partir dos princípios e objetivos já anunciados nas DCNEI (2010), considerando seis grandes direitos de aprendizagem que devem garantir a todas as crianças nas turmas de creches e/ ou pré-escolas:

CONHECER-SE e construir sua identidade pessoal e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento (gênero, religião, grupo étnico racial, etc.) nas diversas interações e brincadeiras que vivencia na unidade de educação infantil. DCNEI (Brasil, 2010).

COMUNICAR, por meio de diferentes linguagens, opiniões, sentimentos e desejos, pedidos de ajuda, narrativas de experiências, registro de vivências, etc.

EXPLORAR movimentos e gestos, sons, palavras, histórias, linguagens artísticas, materiais, objetos, elementos da natureza e do ambiente urbano e do campo, interagindo com o repertório cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico.

CONVIVER democraticamente com outras crianças e adultos utilizando e produzindo diversas linguagens, ampliando gradativamente o conhecimento, o relacionamento e o respeito a natureza, a cultura, a sociedade e as singularidades e diferenças entre as pessoas.

PARTICIPAR com protagonismo de todo o processo educacional vivido na instituição de educação infantil, tanto nas atividades recorrentes da vida cotidiana como na realização e avaliação das atividades propostas, na escolha das brincadeiras, dos materiais, dos ambientes etc., apropriando-se ativamente de práticas sociais, linguagens e conhecimentos de sua cultura

BRINCAR cotidianamente de diversas formas e com diferentes parceiros, interagindo e recriando a cultura infantil, acessando o patrimônio cultural, social e científico e ampliando suas capacidades emocionais, motoras, cognitivas e relacionais. (Brasil, 2010).

1.5 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é um documento que determina os conhecimentos essenciais que todos os alunos da Educação Básica devem aprender, atendendo ao disposto na LDB 9394/96, no artigo 26:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Brasil, 1996)

A BNCC não é o currículo, mas uma referência para melhor entendimento da função da Educação Infantil e do processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança. A proposta é construir a prática e não avaliar as crianças.

Cabe ao sistema educacional prover subsídios para o acompanhamento e avaliação do trabalho com as crianças considerando as DCNEI e a BNCC, com implicações para a formação docente reconhecendo a especificidade da Educação Infantil.

A BNCC deve ser aplicada com muito bom senso, pois com um pensamento de Katz (1993), esse fato ainda pode transitar pela mente de alguns gestores educacionais do ensino infantil, que é o de que os programas parecem moldados no modelo corporativo/industrial ou fabril, com processos de padronização pré-especificados, e têm-se que tem em mente que cada criança é um ser único, com tempo e jeito únicos de aprender.

De acordo com um pensamento de Jenks,(1982),[...] “ a criança está no processo para se tornar um adulto e representa um capital humano em potencial,

esperando a realização através do investimento; ela é aquilo que ainda vai ser, um se tornar estruturado"[...] e para isso devem ser trabalhados os Campos de Experiências.

Os Campos de Experiência da BNCC são os direitos de aprendizagem das DCNEI, os mesmos seis direitos.

E por fim foi apresentado sucintamente os principais aparatos legais vigentes e as orientações nos documentos oficiais que determinam como deve ser na teoria a Educação Infantil.

2. EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES, FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS

2.1 AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E O FAZER DOCENTE

De acordo com o exposto no livro de Oliveira (2008), e também na LDB, os professores são personagens essenciais dentro de uma escola, que contribuem com seus saberes, seus valores e suas experiências. A docência constitui, portanto, um campo específico de intervenção profissional na prática social. Os professores, dentro da sala de aula e na sua prática, têm a capacidade de decidir; e por isso devem ampliar a consciência sobre sua própria prática.

Para ser educador, é preciso superar os vieses ideológicos e pessoais e proceder ao questionamento de estereótipos que atrapalham a relação com as crianças, uma vez que a influência que o professor exerce com a criança e em relação a criança é demasiadamente grande.

Ser professor requer saberes e conhecimentos científicos, pedagógicos, educacionais, sensibilidade, indagação teórica e criatividade para encarar as situações ambíguas, incertas, conflituosas e, por vezes, violentas, presentes nos contextos escolares e não escolares. (Oliveira, 2008, p.14 - 15)

O trabalho docente está impregnado de intencionalidade, pois visa a formação humana. Segundo Oliveira (2008), o professor para ensinar, necessita de conhecimentos e práticas que ultrapassem o campo de sua especialidade. Todo conteúdo de saber é resultado de um processo de construção de conhecimento.

É tarefa urgente repensar a formação profissional de todos os que trabalham com crianças até seis anos, pois deve-se debater o que é a função docente e como preparar professores que correspondam aos seus perfis, à diversidade de situações presentes na educação de crianças em instituições educacionais. Historicamente a formação do docente na área têm sido extremamente pobre ou inexistente.

Endossando a ideia de Oliveira (2008), vem Zabala (1998), que segue a mesma linha de raciocínio e traz que:

[...]As características pessoais do professor(a) de Educação Infantil continuam a ter um forte peso na definição do seu perfil profissional. Principalmente, aquelas que são básicas para estabelecer essas conexões adulto – criança.

--- cordialidade proximidade e “calor” (em oposição à frieza e ao estabelecimento de distâncias);

--- originalidade, capacidade de quebra da formalidade.(Zabalza, 1998, p. 27)

Ainda está presente o pensamento de creches como instituições assistencialistas, e nesse ponto de vista pessoas sem qualificação específica têm que dar conta dessas crianças, cujo contato que talvez tenha, é somente com os próprios filhos ou crianças próximas, mas não o necessário para as atividades que podem e devem ser realizadas nas instituições.

Às vezes, a instituição de educação infantil enfrenta um debate sobre um duplo caminho e de ser ainda “guarda e custódia” de crianças pequenas ou um período escolar mimético com enfoque na aprendizagem para a etapa seguinte, o Ensino Fundamental; e não se consegue chegar a um meio termo, o que seria necessário e também conveniente para aumentar os laços de conexão com o Ensino Fundamental e o currículo.

Pode-se entender que cabe também ao “professor de creche” o que aparece na LDB 9394/96, no artigo 13:

“Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III – zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V – ministrar os dias letivos e horas – aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade”. (Brasil, 1996).

O professor de creche também é um especialista no processo de ensinar, o que diferencia de outros docentes é somente a idade das crianças com que ele trabalha, e por isso em alguns países precisa de uma formação acadêmica mais

apurada para se trabalhar na educação infantil, o que não ocorre no Brasil, visto que geralmente são os professores com menor experiência que atuam nessa área.

Em alguns casos, a formação acadêmica também acaba sendo deficitária e descontextualizada, não proporcionando ao professor, autonomia e posicionamento crítico.

O professor de educação infantil deve ter formação ética e competência na especificidade de sua tarefa em determinado momento sócio – histórico de um mundo complexo, contraditório e em constante mudança. Isso envolve capacidades para tomada de decisões com base em permanente reflexão acerca de sua própria prática pedagógica. Essa perspectiva de educação continuada imbrica-se com o desenvolvimento da capacidade de avaliar as situações e comportamentos e integra – se ao projeto educativo que é constituído na creche ou pré – escola. Desse profissional exige – se investimento emocional, conhecimento técnico – pedagógico e compromisso com a promoção do desenvolvimento dos alunos. (Oliveira, 2008, p. 30).

Sendo assim, este profissional deve buscar desenvolver com a criança a capacidade de relações cordiais, acolhedoras, sintonizadas, estimuladoras, balizadora de limites com atenção também em ouvir o que a criança não fala, e sendo o professor de educação infantil parte de um triângulo que é ainda mais relevante com essa idade, professor – criança – mãe.

Cabe às instituições e aos professores condicionar as crianças ao mundo de significados já construídos culturalmente, ainda que formas teóricas são universais, mas a forma de fazê-la é de cada cultura.

As concepções de educação infantil, segundo Oliveira (2008), para as crianças de baixa renda, por exemplo, são tomadas por assistencialistas, enquanto que para as crianças mais favorecidas economicamente pensa-se em aprendizagem e desenvolvimento global. O grande desafio é superar essa maneira dual com que as instituições são tratadas, por exemplo, como a educação grega do período clássico, que “infância” referia-se a seres com tendências selvagens a serem dominados pela razão e pelo bem ético e político.

No período medieval, a infância era entendida como evidência da natureza pecadora do homem, pois nela a razão não se manifestaria.

Em consequência das muitas pesquisas já realizadas sobre a criança, ela aparece hoje com nova identidade. Crianças são aquelas “figurinhas” curiosas e ativas, com direitos e necessidades, que precisam de um espaço diferente tanto do ambiente familiar, onde são objeto de afeto dos adultos (em geral, adultos muito confusos), quanto do ambiente escolar tradicional, frequentemente orientado para a padronização de condutas e ritmos e para avaliações segundo parâmetros externos à criança. (Oliveira, 2008, p. 45).

Desde o início, as ideias sobre a infância da criança foram se modificando, indo de uma infância desaparecida da criança para uma infância de criança sujeito de direitos. A criança no início dos tempos era como uma miniatura do adulto, se vestia como tal e não podia se comportar diferente dos costumes dos adultos. Com o passar dos anos foi-se criando uma concepção de criança que tinha seus próprios interesses e que passa a ter seus direitos e suas vontades respeitadas, dentro do que o adulto verifica que lhe cabe.

A formação das novas gerações não significa o adestramento de pequenos selvagens, em trabalhos de linha de montagem. Há que se respeitar os ritmos, desejos e características do pensamento infantil, sendo dessa forma a concepção de infância é um processo histórico e social, com a existência de múltiplas ideias de criança e de desenvolvimento infantil.

Os conceitos que se constroem sobre educação infantil têm raízes no seu momento histórico atual, e como as realidades e a sociedade estão sempre em mudança, quando são postas em prática e após mais alguns anos de sua construção correm o risco de serem descontextualizados.

Há muitos séculos atrás entendia-se que a criança não tinha uma identidade pessoal, era uma imitação em miniatura de um adulto, e após um tempo eram privados da convivência com os pais ou ainda por abandono dos pais, ou pelo fato de que os pais iam trabalhar e tinham que deixar a criança aos cuidados de terceiros, as creches tiveram início no assistencialismo.

O desenvolvimento científico e a expansão comercial no período do Renascimento criam novas visões de como a criança deveria ser educada, e de que deveria ser respeitada a natureza infantil.

As instituições religiosas e filantrópicas que começam a se formar, acreditavam que, como as crianças nasciam sob pecado, cabia à família, e na falta dela, a sociedade corrigi-las desde pequenas, gerando nas instituições uma rotina de atividades a serem observadas diariamente e, fundadas na ideia de autodisciplina.

Na atualidade, o conceito de que a Educação Infantil leva para escolarização e para a uma pré-alfabetização, fazendo com que as crianças vão perdendo o direito de serem espontâneas.

As instituições dedicadas à primeira infância são socialmente construídas, a questão do seu papel e do seu propósito ainda não estão auto evidentes, elas são, o que as pessoas envolvidas nessa relação fazem dela, e é impossível determinar que regras sociais são certas ou erradas para poder se chegar às bases universais, pois cada ser é único.

A forte influência assistencialista nas creches, que ressalta a atenção à população de risco social, faz com que oscilem muito entre o cuidar e o educar, que na verdade, deveriam estar associados.

Os cuidados ministrados na creche e na pré-escola não se reduzem ao atendimento de necessidades físicas das crianças, deixando – as confortáveis em relação ao sono, à fome, à sede, e à higiene. Incluem a criação de um ambiente que garanta a segurança física e psicológica delas, que lhes assegure oportunidades de exploração e de construção de sentidos pessoais, que se preocupe com a forma pela qual elas estão se percebendo como sujeitos. Nesses ambientes de educação, a criança se sente cuidada. Sente que há uma preocupação com o seu bem-estar, com seus sentimentos, com suas produções, com sua autoestima. Educar e cuidar são formas de acolher[...]. (Oliveira, 2008, p. 47).

Atualmente na educação infantil elabora-se projeto pedagógico, e os educadores sentem a necessidade de que esse projeto se comprometa com padrões de qualidade. O uso desses padrões de qualidade abarcam diferentes critérios e linhas de avaliação e algumas delas divergem e até são contraditórias.

A educação infantil deve enriquecer os âmbitos de experiências das crianças, lembrando que cada criança aprende no seu próprio ritmo, na sua individualidade, por isso um desafio curricular de multiplicidade e polivalência; a diferença do currículo é fundamental para o desenvolvimento equilibrado e pleno da criança.

Na etapa infantil de educação é hora de se formar os alicerces firmes, então é chegado o momento de pensar em como podem ser reconstruídos os elos de ligação, entre a etapa infantil e o resto da escolaridade obrigatória.

A escola não possui recursos para enfrentar sozinha o desafio de construir um “novo mundo” para as crianças, mas constitui um recurso social básico

que fará parte de uma rede mais ampla capaz de ir avançando na direção de melhorar as condições de vida infantis. (Zabalza, 1998, p. 18).

No cenário, início da década de 80, os discursos da qualidade em período de evidência, têm sido aplicados ao campo das instituições dedicadas à primeira infância de várias maneiras, por meio de pesquisas, medidas, padrões e diretrizes sobre a boa prática. Têm envolvido, de várias formas, o desenvolvimento e a aplicação de critérios, para permitir a avaliação dos padrões ou o desempenho das instituições dedicadas à primeira infância. Esses critérios reúnem-se principalmente em três agrupamentos: estrutura, processo e resultado.

Na era da qualidade, o próprio conceito de qualidade precisa ser questionado, pela sua multidimensionalidade.

Qualidade nos serviços dedicados á primeira infância é um conceito construído, subjetivo em sua natureza e baseado em valores, crenças e interesses, ao invés de uma realidade objetiva e universal. O cuidado infantil de qualidade está, em grande parte, no olhar do observador. (Pence e Moss, 2003, p. 172)

Há muitos critérios potenciais para a qualidade que estão intimamente vinculados às crenças sobre os objetivos e as funções, que por sua vez, estão moldadas pelas perspectivas sobre infância, pelos padrões culturais e pelos valores pessoais de cada um que à faz.

As subculturas e a pluralidade dos valores nas sociedades, com frequência, significam que não existe um conceito definitivo de qualidade. Este é um conceito relativo que varia dependendo da perspectiva da pessoa... na verdade, qualidade é, ao mesmo tempo, um conceito dinâmico e relativo, de modo que as percepções de qualidade se modificam á medida que vários fatores se desenvolvem (Bush e Philips, 2003, p.66-67).

Existem algumas dimensões básicas à respeito da Educação Infantil, e vetores de “qualidade”, que são: a qualidade vinculada aos valores; atribuir-se qualidade àquilo que representa alguns valores vigentes; a qualidade vinculada a afetividade, atribuir qualidade àquele tipo de instituição ou processo que alcança bons resultados; a qualidade vinculada à satisfação dos participantes no processo e dos usuários do mesmo, faz parte daquilo que se entende como qualidade de vida.

A qualidade se constrói dia-a-dia de maneira permanente, não é algo que já está pronto, e tem a ver com processos organizacionais e de funcionamento da instituição.

São diversos os desafios que a qualidade estabelece para a educação infantil: dilemas entre cuidado e educação; público e privado; atenção à infância e à desigualdade de oportunidades de gênero; direito ao trabalho dos pais e atenção às crianças; a difícil ruptura dos parâmetros objetivos para alcançar estimativas mais qualitativas.

Os profissionais de educação devem ter claro suas funções da profissão, como é mais indicado potencializar, reforçar e multiplicar o desenvolvimento equilibrado de cada criança.

A instituição deve ter um modelo explícito e consciente do que ela quer para a finalidade educativa com as crianças. As qualidades de experiências formativas também são muito importantes, pois, nelas reside sua riqueza de estímulos das diferentes funções, afetivas e sociais das crianças.

Então embora a infância fosse entendida de maneira diferente conforme o período histórico, deve-se assegurar à elas, a garantia do direito à infância que toda criança têm, ou deveria ter.

As propostas pedagógicas para creches e pré-escolas requerem valorizar na criança a construção da identidade pessoal. A criança está em processo de se tornar um adulto representando um capital humano, em potencial, e é por meio de um investimento, que estas tendem a tornarem-se estruturados, com as estruturas possibilitadas a elas.

Cabe também aos professores apoiar determinadas atividades e restringir outras, utilizando-se do bom senso. Cada fase da infância é então a preparação para a próxima, e deve ser muito bem preparada, para otimizar seu potencial que deve ser ampliado quando o objetivo final da sua aprendizagem é rigorosa e previamente formulado.

Segundo descrito por Zabalza (1998) Enrico Battini, pesquisador da Universidade de Turin diz que é necessário entender o espaço da instituição como um espaço de vida no qual a vida acontece e se desenvolve: é um conjunto completo, referente ao espaço físico, o ambiente como um conjunto do espaço físico e as relações interpessoais que se estabelece no tempo.

Há algumas dimensões do ambiente escolar físico e humano: dimensão física; dimensão funcional; dimensão temporal; dimensão relacional.

O espaço na educação é constituído como uma estrutura de oportunidades, é uma condição externa que favorecerá ou dificultará o processo de crescimento pessoal e o desenvolvimento das atividades instrutivas. Será estimulante ou, pelo contrário, limitante, em função do nível de congruência em relação aos objetivos e dinâmica geral das atividades que forem colocadas em prática ou em relação aos métodos educacionais e instrutivos que caracterizem o nosso estilo de trabalho.

O ambiente de aula, enquanto contexto de aprendizagem, constitui uma rede de estruturas espaciais, de linguagens, de instrumentos e, finalmente de possibilidades ou limitações para o desenvolvimento das atividades formadoras. (Zabalza, 1998, p.120-121).

A maneira de organizar o espaço constitui, em si, um conteúdo de aprendizagem.

O espaço-escola, o prédio escolar, o salão, o pátio, a cozinha, as salas de aula, o depósito, todos os espaços que estão presentes na escola pertencem a esse âmbito, ou seja, deverão ser dos lugares que ajudam a criança a enfrentar a construção das atitudes, comportamentos, procedimentos, conhecimentos que formam a cultura. Quando fala em ambiente, refiro-me às pessoas, aos objetos, ao espaço e a tudo aquilo que está dentro (os sons, as imagens, as formas, as cores), tudo o que constitui a vida normal. O resultado disso é que devemos ver o ambiente escolar como um lugar onde estamos.

Não é um recipiente, um lugar no qual nos defendemos da chuva, do frio ou onde estamos resguardados, mas um lugar que oferece, que dá, que gera toda uma série de comunicações para a criança e para os adultos. (Zabalza, 1998, p.240).

São elementos condicionantes da organização do espaço em sala de aula: modelos pedagógicos (modelo educativo); elementos pessoais (professor e aluno); planejamento didático (métodos); elementos contextuais (macro contexto e micro contexto).

Até a posição de uma janela na construção da sala de aula, é significativa para um bom desenvolvimento da criança, não são somente nos materiais didáticos e pedagógicos, mas todo o seu espaço preenchido e o que ele diz, transmitem.

A construção desses espaços demanda um planejamento e interesse desde a administração educativa, passando por engenheiros e chegando a professores, pois desde os modelos pedagógicos, os professores, alunos (criança), os modelos

didáticos, tudo têm a influência de pessoas e do que elas esperam para a educação e de como interpretam a educação.

Existem alguns critérios que podem ser seguidos para uma organização desse espaço: delimitação, estruturação, estética, autonomia da criança, segurança, diversidade, polivalência dos espaços, pluralidade e fácil transformação dos espaços.

Algumas tarefas dos professores estão em, planejar e organizar, observar e avaliar, concretizar as ações educativas deles mesmos e das instituições que representam.

Na educação infantil também há um processo avaliativo, e faz-se por acompanhamento de registros do seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção.

A avaliação educacional requer um olhar sensível e permanente do professor para compreender as crianças e responder adequadamente ao “aqui – e – agora” de cada situação. Perpassa todas as atividades, mas não se confunde com aprovação/reprovação. Sua finalidade não é excluir, mas exatamente o contrário: incluir as crianças no processo educacional e assegurar – lhes êxito em sua trajetória por ele. (Oliveira, 2008, p. 253).

Com leituras e pesquisas bibliográficas, pode-se observar que há várias opções teóricas de educação, variadas linhas pedagógicas, modelos de espaços, e que isso depende e demanda estudos e bom senso dos responsáveis para a criação do espaço para o desenvolvimento integral das crianças, o que se espera que a educação infantil seja, e que a aprendizagem e o desenvolvimento ocorram por tendências inatas e ou genéticas, ou advindas do meio social; a influência do meio ambiente ou do processamento interno que a criança faz da experiência, ou pelas misturas das abordagens.

2.2 A CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL AO LONGO DO TEMPO: EDUCAR E CUIDAR

Ideias sobre essa etapa da vida da criança foram sendo pensadas e criadas, desde a idade moderna, com o crescimento da urbanização e a transformação da família patriarcal em nuclear, dando origem à formulação de um pensamento pedagógico para a era moderna. A educação deveria ser pensada para o desenvolvimento social, e a criança passa a ser o centro de interesse dos adultos, vista como sujeito de necessidades e cuidados.

Já neste período inicia-se também a separação de crianças ricas e crianças pobres, e os objetivos de educação e as formas de efetivá-las não eram consensuais.

As crianças pobres não mereciam educação, ou não precisavam, para elas bastava ocupação e piedade, ainda que alguns protestantes defendiam a educação como um direito universal.

Filósofos da educação diziam que a criança deveria aprender o que ela tivesse também capacidade para aprender, e não somente o que era “permitido”, e que não fosse somente uma extensão dos cuidados maternos, cuidando do lado afetivo da criança.

No século XIX e XX, na educação infantil europeia, que o Brasil tenta adotar como exemplo, ideias lançadas de estudiosos e especialistas em educação traziam diferentes ou semelhantes concepções sobre o desenvolvimento da criança. Uns entendiam que a criança aprende por experiências, outros mais pela afetividade, outros que deveria ter atenção e interpretar a criança, e não somente aceitá-la.

E por essas diferentes concepções são criados diferentes jardins-de-infância com o passar dos anos, com variadas concepções. As mudanças na família e a preocupação mais frequente dos pais sobre o desenvolvimento intelectual da criança, levou a transformações dos educadores que tiveram que questionar suas práticas, buscando inclusive formação profissional especializada.

O pensamento europeu repercute atuando sobre a concepção de educação anterior à obrigatória, no porquê, e para quem ela existe, e como organizá-la para oferecer um serviço de qualidade.

O multiculturalismo está presente também na educação infantil e o fato de a criança frequentar as instituições de educação infantil amplia suas condições de

desenvolvimento cognitivo, físico, afetivo e de socialização, assim como os benefícios dos que frequentam estas instituições são notados pela boa qualidade de ensino, o mal atendimento, a má qualidade de ensino também deixa suas marcas.

Bom observar que a história no Brasil como a do mundo, têm suas próprias características e com a abolição da escravidão no país, começa-se a buscar novas soluções para onde vão as crianças que não mais assumirão as condições de escravos de seu país e surgem os jardins-de-infância no Brasil como mera guarda das crianças, defendendo o atendimento como dádiva aos menos favorecidos.

Segundo Oliveira (2008), em 1985, em uma exposição Pedagógica no Rio de Janeiro/RJ, os jardins-de-infância foram confundidos com salas de asilo francesas.

Com o início de escolaridade, chegando a considerar que eram prejudiciais as crianças, pois, saíam precocemente de suas casas e do ambiente doméstico, sendo melhor que fosse pensado apenas como proteção aos filhos de mães trabalhadoras.

As creches por volta da década de 30 no Brasil, foram construídas por empresários, donos de fábricas para que os pais tivessem lugar para deixar seus filhos, enquanto trabalhassem, usadas assim por eles no ajuste das relações de trabalho. Todavia a sociedade via a mulher como dona de casa que deveria ficar em casa cuidando dos filhos e não sair para trabalhar.

Por volta do ano de 1950 os estudiosos começam a pensar a educação pré-escolar como base do sistema escolar. Desde o início do século até a década de 50 as creches eram de donos de indústrias, e as que existissem fora das indústrias eram mantidas por entidades filantrópicas, e pensadas como higienistas.

A casa da criança, instituição governamental, foi construída em 1942, mas ainda no ano de 1964, a creche continuava sendo somente assistencialista.

Em 1967, o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência) passa a atuar também na educação infantil, e têm início assim uma mudança no cenário da educação infantil.

A lei nº 5692/71, propunha que o governo deveria dar assistência para a criança menor de 7 anos, cujos pais trabalhassem, numa perspectiva de educação compensatória.

Por volta de 1972 já havia 460 mil crianças matriculadas na pré-escola em todo o país, e devido às várias mudanças, começa-se a pensar no caráter também pedagógico para as creches que atendiam tais crianças.

O projeto casulo foi criado em 1977 para liberar as mães para o trabalho que começam abrigando 330 mil crianças e em 1983 já eram 600 mil, no entanto, a escolaridade dos professores ficava a desejar, pois poderia ter somente o ensino médio como requisito.

Começam a surgir creches de variadas formas, as mantidas pelas indústrias, pelo governo, particulares e também casas que cuidavam de crianças nas comunidades, chamadas de “mães crecheiras”, “lares vicinais”, “creches lares”, essas últimas, considerada formas precárias de atendimento.

A partir de 1985 os governantes ou candidatos a cargos políticos passam a enfatizar um discurso de que, as creches deveriam ter uma função pedagógica que desenvolvesse os aspectos cognitivos e o linguístico das crianças.

Com a constituição de 1988, as crianças de educação infantil passam a ter o direito reconhecido, e é dever do Estado zelar por elas.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 estabelece a Educação Infantil como etapa inicial da educação básica, gerando assim conquistas e avanços.

Após a LDB criam-se fóruns estaduais e regionais de Educação Infantil como espaços de reivindicações para a melhor formação profissional dos professores que atuarão nessa área.

No terceiro milênio, os dados de Oliveira (2008), descrevem que, iniciou-se com 1.092.681 crianças matriculadas em creches e 4.815.431 crianças matriculadas em pré-escolas. Novas concepções acerca do desenvolvimento da cognição e da linguagem modificam propostas pedagógicas. Os Referencial Curricular Nacional (RCNEI), são formulados pelo MEC e diretrizes nacionais pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) são definidos.

Com todas estas mudanças, ainda se está longe de uma transformação efetiva das práticas didáticas nas instituições.

Uma compreensão de pontos básicos sobre como cada pessoa se desenvolve em sua cultura pode apoiar a promoção de experiências pedagógicas de qualidade na educação infantil. No decorrer da história, esses pontos foram sendo sistematizados pelas ciências. Uma análise crítica deles, no entanto, leva-nos hoje a perceber que, mais do que condição biologicamente determinada, a definição de infância, adolescência, idade adulta ou velhice é uma decisão política feita de forma própria em cada cultura. Tais períodos do desenvolvimento humano são objeto de narrativas culturais que envolvem aspectos ideológicos. Do contrário, como poderíamos afirmar, por exemplo, que a vida adulta

representa a oportunidade de assumir um trabalho remunerado e de constituir família, se em um grupo social há crianças que trabalham e adolescentes que têm filhos? (Oliveira, 2008, p. 123).

Existem diversas culturas e diversificadas formas de ver a criança, porém na instituição de educação infantil, o educador deve conhecer não somente as teorias, mas também o potencial de aprendizagem presente em cada atividade a realizar.

Existem várias correntes de pensamento diferenciadas que se referem a como a criança aprende, ao dizer que a criança têm aptidões inatas e que é como regar para um desabrochar, outros que a criança aprende com o meio social em que vive, outros acreditam que é uma interação recíproca que ao mesmo tempo em que a criança modifica seu meio, é modificada por ele.

Essas correntes, ou mini teorias são advindas de grandes e principais esquemas de teorias e estruturas para se entender o desenvolvimento da criança, a Teoria Psicanalítica, Teoria Cognitivo-Desenvolvimental e Teoria da Aprendizagem.

Teorias Psicanalíticas nos apresentam que o comportamento é governado por processos tanto inconscientes como conscientes; a personalidade se estrutura e se desenvolve ao longo do tempo, e o grau de sucesso de uma criança dependerá muito das suas interações com as pessoas e objetos de seu mundo, e nessa visão psicanalítica os primeiros cinco ou seis anos de vida é uma espécie de período sensível para a criação da personalidade do indivíduo.

A Teoria Cognitivo-Desenvolvimental, vem com as ideias de Piaget, e Vygotsky, apesar de que em um ponto eles divergem um pouco de opinião. Piaget afirma que a criança ou o adulto busca de forma ativa compreender seu ambiente, explorando, manipulando e examinando os objetos e as pessoas de seu mundo; e Vygotsky que, formas complexas de pensamentos tem suas origens em interações sociais, a construção do pensamento e da subjetividade é um processo cultural, e não uma formação natural e universal da espécie humana. A interação que a criança têm com o meio, suas experiências já internalizadas é que vão fazê-las construir-se no seu ser social. Para Wallon o desenvolvimento humano é resultante de uma dupla histórica que envolve as condições do sujeito, e as sucessivas situações nas quais ele se envolve e as quais responde.

Nas Teorias da Aprendizagem, a ênfase está mais em como o ambiente molda a criança, mais do que em como a criança compreende as suas experiências.

Oliveira (2008), diz também que a criança aprende por imitação de seus pares ou de um adulto. Os conflitos surgidos de suas interações com outras pessoas possibilitam à criança formar representações coletivas, que ampliam seu acesso ao meio simbólico e cultural que a rodeia.

Afeto e cognição são aspectos insuperáveis na construção de identidade das crianças; suas funções psicológicas são formadas de acordo com o meio em que vivem.

O estabelecimento de vínculos entre a criança, o professor, os colegas e os objetos do conhecimento é possibilitado ou dificultado pelo afeto, que suscita motivos para ação. Determinados ambientes ou situações estimulam mais respostas inteligentes do que outros.

Para Oliveira (2008), a motricidade, a afetividade, a inteligência e a cognição são faces de um mesmo processo de construção coletiva. A interação criança-criança, e também com seus pares, é uma valiosa arena de crescimento pessoal.

Em um determinado momento, a criança começa a estabelecer e perceber relações com elementos de sua cultura, informações que precisam ser descobertas, até aproximadamente os seis anos de idade, a criança têm uma perspectiva egocêntrica nas suas percepções de relação.

E para isto, Oliveira (2008), nos diz que, deve-se refletir como transformar as práticas educativas e considerar a interação social como elemento mais importante para promover oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento.

O lúdico para as crianças, os jogos, as brincadeiras são essenciais para seu desenvolvimento cognitivo, físico e também de como entender as regras e exigências da sociedade a qual faz parte, e que para se desenvolver a função imaginativa depende das experiências.

As propostas pedagógicas para creches e pré-escolas, têm início de fato com a LDB 9394/96 ampliando esse debate.

Se as instituições de educação infantil enraízam-se em uma cultura, contribuem para transformar o contexto cultural, é necessário ver que cultura quer ou será passada para as crianças.

Alguns sistemas educativos assumem a educação junto com a família, partilham responsabilidades com argumentos de compensação de carência econômica e ou culturais, especificidade das aprendizagens escolares, e liberação do indivíduo do peso das culturas particulares.

Já as instituições de educação infantil devem seguir normas legais de educação, como explicado no primeiro capítulo e em alguns momentos desse segundo capítulo do TCC, Trabalho de Conclusão de Curso, porém algumas atitudes são tomadas de humanos para humanos.

Para trabalhar de modo produtivo no estabelecimento de uma aproximação com as famílias, os professores de creches e pré-escolas devem considerar que a família nuclear típica da cultura burguesa não é, hoje, a única referência existente. (Oliveira, 2088, p. 176).

As famílias na atualidade, como não são mais patriarcais, geram transtornos e dificuldades aos professores, que os imaginam despreparados para a educação de seus filhos, enquanto alguns pais pensam os professores dessa modalidade despreparados, o que para a relação de pais na escola e professores deve ser de partilha, mas cada um deve ter claro o seu papel, mãe é mãe que cuida e passa seus princípios na criação de seus filhos, e educadores (professores) são os que cuidam porém com um fundamento pedagógico.

A mesma autora apresenta também em relação à saúde, e nas dependências das instituições que, cuidados adequados podem prevenir, em grande parte, doenças e riscos à integridade infantil.

Um bom planejamento das atividades de cuidado favorece a formação de competências para um autocuidado e o aprendizado de regras sociais pelas crianças, que podem assim ampliar as possibilidades de controle sobre suas condições de saúde. (Oliveira, 2008, p.185).

Importante questão é o que diz respeito aos ambientes existentes nas creches e pré-escolas, pois a criação de espaços inadequados podem limitar as possibilidades de desenvolvimento infantil, pois todo ambiente sem exceção, é um espaço organizado segundo certa concepção educacional, que espera determinados resultados, tanto o ambiente físico estrutural, como o pedagógico, gerido por pessoas.

O ambiente constitui expressão de um sistema social com suas rotinas, relações, ideologias, define também diversas práticas sociais que desenvolvem diferentes competências.

A relação professor-criança na educação infantil é um fator complexo, mas é fundamental e têm desafios próprios, professores dizem frases simples e “popularmente históricas” às vezes sem pensar na influência que essas palavras têm sobre as crianças.

As atividades que já vem propostas, de um currículo pronto, o professor as executa e às vezes não imagina o que está sendo desenvolvido na criança, quais as habilidades presentes nesta atividade.

[...] O conhecimento não é, assim, visto como conjuntos estáveis, estruturas hierárquicas imutáveis ou cadeias causais linearmente condicionadas, mas como uma rede de significações, constituída de nós e conexões em um espaço de representações em permanente transformação. (Oliveira, 2008, p. 219 - 220).

A grande flexibilidade do pensamento da criança e seu constante desejo de exploração requerem a organização de contextos propícios de aprendizagem. Tudo que fazemos ou ensinamos às crianças para elas fazerem têm como objetivo estar desenvolvendo alguma habilidade ou comportamento.

Na opinião de Zabalza (1998), existem dez aspectos – chave de uma educação infantil de qualidade: organização do espaço estrutural físico; equilíbrio entre iniciativa infantil e trabalho dirigido no momento de planejar e desenvolver as atividades; atenção privilegiada aos aspectos emocionais; utilização de uma linguagem enriquecida; a diferenciação de atividades para abordar todas as dimensões do desenvolvimento e todas as capacidades; rotinas estáveis; materiais diversificados e polivalentes; atenção individualizada a cada criança; sistemas de avaliação, anotações, etc., que permitem o acompanhamento global do grupo e de cada uma das crianças; trabalho com os pais e mães e com o meio ambiente, escolas sem portões abertas para a comunidade e para o ambiente exterior, escola aberta.

Pode-se dizer que há também uma criança – ambiente que amadurece como ser social onde somente se cobra com a participação coletiva da comunidade a qual pertence a escola infantil como instituição educativa.

Nas instituições de Educação Infantil ainda há uma forte resistência e uma certa aversão às propostas experimentais da escolarização infantil.

Zabalza (1998) descreve alguns sinais distintivos como “passaportes pedagógicos” que a escola infantil deve exibir como carteira de identidade educativa

referindo – se a identidade da escola aberta; a identidade da escola do currículo; a identidade da escola do currículo com uma continuação mais aprofundada. Os sinais, o ambiente como livro de leitura, e a escola deve abrir-se ao ambiente pois constitui no primeiro livro de leitura da criança; a continuidade horizontal e vertical; a escolarização didática, promovendo cooperatividade e colaboração entre as crianças e os professores; o modelo científico, uma pedagogia interessada em construir processos educativos; o modelo experimental, a escola deve situar no centro de sua atividade um currículo próprio.

Na opinião do autor há três áreas educativas condizentes e pertinentes na educação infantil ativando competências: comunicativa, expressiva ou cognitiva; e as áreas são as da linguagem verbal e não – verbal e científico – ambiental.

Áreas das linguagens verbais, competências comunicativas; competência expressiva, que visa a capacidade de tradução e interpretação; competência cognitiva, objetivos desenvolver habilidades com linguagem oral e lógico – formal.

Linguagens não–verbais, funções comunicativas como gestos; a competência expressiva a criança deve aprender a falar de si mesmo através dos canais expressivos das linguagens não verbais; dimensão transfigurativa a criança busca criar e reinventar, é uma certa tolerância imaginativa e fantástica que se desenvolve na criança; a competência cognitiva, objetivo formativo, o conhecimento da própria corporalidade e o domínio das estruturas espaço – temporais.

Na área científico – ambiental, a competência comunicativa busca duas competências “alfabéticas”: a compreensão da linguagem natural e social do ambiente; a competência expressiva, transformação de funções naturais da infância, a imitativa e a criativa; a competência cognitiva, objetivo poder ler o ambiente como sistema e como linha de desenvolvimento.

Uma escola infantil organizada didaticamente conforme a ideia de um sistema flexível, modulado e polivalente de “ofertas” educativas (quanto aos espaços, tempos, ritmos lúdicos, áreas estruturadas, materiais) estará, como nenhuma outra, em condições de garantir à criança desfavorecida e/ou, com alguma incapacidade as condições adequadas tanto para poder expressar as suas próprias linguagens, a sua história e os seus valores como para desfrutar de um *ambiente educativo* altamente atraente e motivador, inalienável, se se quiser garantir a essas crianças o direito de serem *sujeitos ativos* da ação de reabilitação e reeducação. (Zabalza, 1998, p. 90 - 91)

O professor necessita ser um bom observador do desenvolvimento da criança, da construção e implementação do projeto curricular, observador de sua própria pessoa em um movimento de autoavaliação e reflexão de sua própria prática e seu desenvolvimento profissional, observação para a execução de projetos previamente definidos, observação para pesquisa, com base na pesquisa educacional.

O educador(a) deve saber, em cada momento, qual é o nível de desenvolvimento de cada criança para ser capaz de criar um ambiente no qual vão sendo produzidas as atividades esperadas e para apoiá-las quando elas ocorrem espontaneamente. (Zabalza, 1998, p.)

A razão do processo de ensino se constitui em fornecer experiências – chave adequadas ao desenvolvimento infantil.

É essencial que a equipe de trabalho sistematize e registre observações de cada criança e que elas possam ficar acessíveis para toda a equipe.

Os contextos educacionais normalmente são complexos, ocorrendo uma grande quantidade de fenômenos simultaneamente, aos quais o professor deve estar atento.

Os registros apesar de ter algumas dificuldades para serem realizados, contribuem para ajudar a identificar as competências de cada criança, fazendo com que o professor possa planejar e adequar os seus materiais de ensino, técnicas de atividades para que tenham relação com o interesse e necessidade do desenvolvimento das crianças.

3. A LEGISLAÇÃO, AS TEORIAS E A ANÁLISE DO REAL

Como primeira etapa da educação básica, a educação infantil é o início e o fundamento do processo educacional, então torna-se uma grande responsabilidade da escola que os abriga, e de seus professores proporcionarem-lhes o que têm de melhor, com as condições que têm.

A criança tem no início e nos primeiros anos de sua vida, uma situação de total dependência do meio externo, mostra-se incapaz de resolver suas necessidades para sobrevivência, necessitando do meio social para interpretar, dar significados e trazer respostas a elas.

Nessa etapa há um processo de formação e o seu desenvolvimento físico, intelectual, social e emocional, tendo dentre esses conjuntos de caracteres em formação, a do caráter, que não é formado por ações isoladas, mas por hábitos, sendo caráter, um conjunto de hábitos quer positivos ou negativos. Hábito é um modo de pensar, sentir ou reagir aprendido pela repetição e assim, a repetição forma o hábito que, por sua vez, forma o caráter.

Nos dois primeiros anos de vida, o ser humano aprende 75% de tudo que um dia virá a aprender, ao terceiro ano de vida, grande parte do caráter já está formado e aos sete anos está bem próximo de sua formação final por isso é importante pensar sobre o que as crianças estão observando diariamente no ambiente familiar e no ambiente escolar.

Faz sentido a ideia de que se carrega para a idade adulta as questões resolvidas e não resolvidas da nossa infância; valores e atitudes aprendidas com seus professores na infância, e como esses valores e atitudes foram mostrados por pais ou professores e responsáveis na infância, uma vez que a criança aprende também por exemplos e repetições dos adultos.

Com pesquisas bibliográficas teóricas leituras de artigos e legislação se pode constatar que um currículo educacional, primeiro precisa ser flexível e menos engessado, redefinido e construído de forma sintética, mas com clareza do objetivo em que se quer chegar ou alcançar; a começar com a criança na Educação Infantil, seguindo pelos anos posteriores e aos conhecimentos são considerados essenciais para sua inserção na sociedade e para o exercício da sua cidadania.

As práticas educativas devem levar em conta os vários aspectos humanos quando o objetivo é auxiliar, e ou ensinar o aluno a interpretar e compreender o

mundo, com conexões e relações entre sentimentos, ideias, palavras, gestos e ações, como afirma Rinaldi (1994, P.13).

[...]mas configura acima de tudo, como um processo de construção da razão, dos porquês, dos significados, do sentido das coisas, dos outros, da natureza, de realização, da realidade da vida. É um processo de auto e socio construção, um ato de verdadeira e própria co construção.

Por isso e em posse de tais informações, optou-se por fazer, produzir, um diário de bordo em uma Escola de Educação Infantil de período integral em que anteriormente foi realizado o estágio para o curso de Pedagogia. Esta opção se deu pelo fato de que indo a campo tem-se a possibilidade de novamente observar os fatos e fenômenos da maneira como ocorrem na realidade por meio de coleta de dados para uma Pesquisa de Campo Qualitativa Descritiva Exploratória.

Tal metodologia de pesquisa objetiva descrever as características de uma população, um fenômeno ou experiências para determinado estudo realizado, cabendo ao pesquisador fazer o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos, sem a manipulação ou interferência nos mesmos.

Para Gil e Minayo,

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. (Gil, 1999, p.43).

E,

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares[...]ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo,2001. p. 21-22)

Obtidas algumas informações após leitura sobre legislação e teoria na Educação Infantil, foi possível obter dados para as análises “in loco”.

Os registros feitos foram dos dias 26 de agosto de 2019 a 30 de Agosto de 2019, pausando nos dias 31 de Agosto e 01 de Outubro de 2019 e retornando no dia

02 de outubro de 2019 até o dia 06 de Outubro de 2019, durante todo o período letivo na escola, das 7 horas da manhã até as 16 horas e 30 minutos do período da tarde.

Pode ser observado o desenvolvimento das crianças e o envolvimento dos professores por meio das informações levantadas proporcionadas pelos estudos bibliográficos no tocante à para análise do desenvolvimento físico, motor, cognitivo e psicossocial das crianças.

De acordo com a legislação e pela revisão de literatura sobre Educação, criança e Educação Infantil é notável que há poucos documentos que trazem normativas de como devem ser as construções de escolas: medidas do espaço físico, número de salas no ambiente, construções de *playground*, espaço de natureza como não há também regras explícitas para pautar o comportamento de professores e profissionais da/na educação. Há sim leis que devem garantir por meio do Estado, a família e a sociedade o desenvolvimento sadio e harmonioso da criança.

O ECA (1990), por exemplo, traz que a criança tem direito à proteção integral por parte de todos da sociedade para que seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, possam ser preservados.

E, teorias, orientações e diretrizes devem ser seguidas como um caminho, um norteador, pois do período que a criança nasce até os sete anos, há um período de transição e consolidação dos seus saberes, passando de criança dependente para criança independente.

As DCNEI (2010) reafirmam que se deve possibilitar à criança, conhecer-se, comunicar, explorar, conviver, participar e brincar, e para isso deve ser proporcionado espaço físico na escola, com lugares amplos, com objetos para que a criança possa interagir para se desenvolver, e parques para ela brincar e explorar o meio e a natureza para que ela possa ter conhecimento e interação, pois é nas interações que o comportamento da criança se modifica ou se reforça.

O observado na Escola no que se refere ao posto acima, deixa muito a desejar: há parque sem a manutenção devida, com alguns brinquedos quebrados, irregularidades no solo representando perigo à integridade física da criança; os espaços das salas não são tão adequados para uma média de 24 a 30 crianças por sala e o pátio têm um tamanho razoavelmente adequado, mas tem pouco uso.

Como a criança lá fica em período integral, têm um horário para dormir ou descansar após o almoço e isso é feito em colchonetes na própria sala de aula, colocados no chão da sala, um ao lado do outro. Os momentos de higiene observados foram raros; e sendo dever da família e da sociedade preservar esses direitos à vida, a saúde, a alimentação e a educação da criança, é possível verificar que os direitos não estão sendo plenamente cumpridos, ou se o estão, não o são como deveria, com qualidade.

O papel da escola e dos professores é essencial junto aos pais no desenvolvimento da criança; os professores têm que ter a consciência de que a prática educativa é uma construção de conhecimentos, e os referenciais da educação orientam, entre outros, a trabalhar com as crianças conhecimentos de mundo para uma formação social e pessoal com alguns eixos em destaque como, movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática.

Em relação ao movimento, apesar do pouco espaço, o movimento é explorado e evidenciado em alguns movimentos contidos, já que a criança ainda não entende bem e extrapola, correm, brincam, muitas vezes com brincadeiras direcionadas pelo professor e outras vezes livremente.

A música ou a musicalidade com a criança não é a pauta do desenvolvimento, no caso para aquela escola; é pouco trabalhada, mas quando trabalhada, percebe-se que as crianças gostam muito, e que poderiam ser mais exploradas, já que na educação infantil, não se avalia para a passagem para os anos posteriores.

As artes visuais, na sala de aula, são trabalhadas com bastante desenho, pintura com giz de cera, lápis de cor, tinta apropriada para a idade, e fora do ambiente da sala de aula, foram criados pontos para que pudessem explorar mais em azulejos, ponto este bastante trabalhado, porém teatrinho, filmes, apresentações artísticas, somente em momentos e datas bem pontuais.

No caso da linguagem oral e escrita e a matemática, como é de período integral, os conteúdos pedagógicos desse aspecto são trabalhados pela manhã. Pelo currículo da escola deveria ser nos dois períodos, mas por conta de as crianças estarem mais agitadas no período da tarde, trabalha-se todos os conteúdos desse aspecto no período da manhã, ficando a desejar, pois as professoras querem que as crianças terminem rápido, pois terão mais conteúdos a serem aplicados, e como cada criança têm um determinado tempo para realizar, uma grande parte acaba não

fazendo como o esperado. Os conteúdos curriculares são bem elaborados pela escola, pela Secretaria da Educação, mas não utilizados de forma devida pelos professores.

Em natureza e sociedade, a socialização e as interpelações são trabalhadas, não de forma ampla, falta ensinar-lhes a visão de mundo que poderia ser ensinado através do lúdico, explicando para a criança de forma que ela entenda. Sobre natureza, são poucos os lugares na escola para observá-la, então o trabalho fica mais nos conteúdos didáticos mesmo, em relação a fauna, flora e paisagem.

Como cada criança têm um determinado tempo para seu desenvolvimento, não são todas que desenvolvem suas competências e habilidades durante os tempos previstos.

Sobre práticas observadas na escola, no período pesquisado, houve um teatro sobre a Dengue que a Prefeitura organizou para conscientização, mas não tendo os alunos como atores.

Na sala de aula, o material didático pedagógico é bom para o trabalho proposto, mas o professor acaba apresentando as atividades, e uma atividade para as crianças recortarem, para melhorar a motricidade, o professor já traz pronta e recortada, para os alunos colarem, e quem passa a cola e indica o local para colar é o professor, tolhendo as crianças em sua criatividade e imaginação.

Antes de dormir as crianças deveriam escovar os dentes e fazer necessidades fisiológicas, mas não o fazem. Em razão disso, algumas crianças as fazem no período em que estão dormindo e quando acordam os professores as repreendem, fato que poderia ter sido evitado se o professor tivesse orientado anteriormente.

Com a obrigatoriedade da educação acima de quatro anos todas as crianças dessa idade devem ou deveriam estar na escola, porém o investimento das Prefeituras Municipais, dentre outros órgãos, está um tanto quanto carente de organização e investimentos, ou se bem investido, muitas vezes tem os recursos mal administrados.

Na diretriz orientadora para possibilitar aprendizagens para a criança, como conhecer-se, comunicar, explorar, conviver, participar e brincar, conhecer-se é construir sua identidade pessoal e cultural, devendo para isso haver interações e brincadeiras que permitem às crianças o conhecer-se, já que para se comunicar por meio de diferentes linguagens a criança deveria ter mais abertura, que talvez por

razão do tempo em horas ser reduzido por conta de muitas atividades a serem feitas, por diversas vezes as crianças são tolhidas dessa exploração, ou de explorar-se.

Conviver democraticamente com outros adultos e crianças, ou a democracia dentro de uma sala de aula é bem limitada, até porque as crianças ainda não têm maturidade para conhecer o conceito e entender o que é e têm vontades e ímpetos de se expressarem de todas as formas, então a professora para conseguir a ordem e a disciplina em sala acaba por ser bem rigorosa limitando a participação das crianças muitas vezes espontâneas, para controlada ou dentro de determinados limites. Então, o brincar, cotidianamente e de diversas formas, para uma escola que têm uma idealização de ser construtivista, ainda segue os moldes bem tradicionais, pois tudo é praticado, mas de forma bem controlada e limitada.

O trabalho com criança não é fácil de ser realizado, segundo Oliveira (2008), ser professor requer saberes e conhecimentos científicos, pedagógicos, educacionais e também sensibilidade, criatividade, bom senso, pois há muita intencionalidade, já que está em construção a formação humana e para isto o professor de educação infantil deve ter formação ética e competência na especificidade de sua tarefa.

Há professores com muita competência e conhecimentos no local onde foi feita a análise, e em relatos deles mesmos, observa-se que eles desenvolvem o trabalho na escola da melhor forma que podem fazê-lo, por serem somente professores, não pais, e partícipes de uma sociedade que também cobra muito deles em outras áreas das suas vidas, não permitindo que tragam para a escola todo o potencial que eles poderiam desenvolver se seu tempo fosse somente dedicado à educação.

Em consequência das muitas pesquisas já realizadas sobre criança, esta aparece hoje com nova identidade, e deve-se observar cada detalhe, e investir da forma mais competente, eficaz e perspicaz em seu desenvolvimento.

As escolas de educação infantil e creches, nesta pesquisa permitem dizer que, ainda não se encontram nem como assistencialistas e sequer como educadoras de boa qualidade, ou para uma boa qualidade. Na amostragem que se obteve na pesquisa, ela aparece mais como um depósito de crianças.

Os professores não estão mais motivados da maneira que deveriam para exercer seu ofício, tanto os com mais tempo de docência, quanto os com menos tempo de docência, e o prejuízo em todas essas situações é das crianças.

E enfatizando novamente Oliveira (2008):

Os cuidados ministrados na creche e na pré-escola não se reduzem ao atendimento de necessidades físicas das crianças, deixando – as confortáveis em relação ao sono, à fome, à sede, e à higiene. Incluem a criação de um ambiente que garanta a segurança física e psicológica delas, que lhes assegure oportunidades de exploração e de construção de sentidos pessoais, que se preocupe com a forma pela qual elas estão se percebendo como sujeitos. Nesses ambientes de educação, a criança se sente cuidada. Sente que há uma preocupação com o seu bem-estar, com seus sentimentos, com suas produções, com sua auto-estima. Educar e cuidar são formas de acolher[...]. (Oliveira, 2008, p. 47).

Essas crianças não estão confortáveis da maneira que caberia, ou deveria, em relação ao exposto. O sono e a higiene deixam muito a desejar, porém a fome e a sede são saciadas como se deve no período escolar.

Um ambiente que garanta segurança física e psicológica, e oportunidades de exploração ainda está em defasagem se torando preocupante, pois a formação pessoal e de caráter se dá em média até os seis ou sete anos de idade, residindo aí uma grande preocupação.

O espaço na educação é constituído e reconstruído como uma estrutura de oportunidades, que favorecerá ou dificultará o processo de crescimento e desenvolvimento da criança, estimulante ou limitante, lembrando o que diz Zabalza (1998)

O espaço – escola, o prédio escolar, o salão, o pátio, a cozinha, as salas de aula, o depósito, todos os espaços que estão presentes na escola pertencem a esse âmbito, ou seja, deverão ser dos lugares que ajudam a criança a enfrentar a construção das atitudes, comportamentos, procedimentos, conhecimentos que formam a cultura. Quando fala em ambiente, refiro – me às pessoas, aos objetos, ao espaço e a tudo aquilo que está dentro (os sons, as imagens, as formas, as cores), tudo o que constitui a vida normal. O resultado disso é que devemos ver o ambiente escolar como um lugar onde estamos.

Não é um recipiente, um lugar no qual nos defendemos da chuva, do frio ou onde estamos resguardados, mas um lugar que oferece, que dá, que gera toda uma série de comunicações para a criança e para os adultos. (Zabalza, 1998, p.240).

Tudo na escola deve ser observado, o espaço geográfico, acima descrito como poderia ou deveria ser de um ambiente escolar, deve ser muito bem organizado e elaborado para que a criança sinta-se em um bom lugar, que a grosso modo, pode ser definido como o espaço percebido pela criança em que ela se sente pertencente a este ambiente.

A organização do espaço físico das instituições de educação infantil deve levar em consideração todas as dimensões humanas potencializadas nas crianças: o imaginário, o lúdico, o artístico, o afetivo, o cognitivo.

O tratamento dado na infância pode ser adotado como um dos indicadores do desenvolvimento cultural, de civilização dos povos, mas também é derivado da maior ou menor sensibilidade dos adultos para com a criança.

Os profissionais da educação devem ter clara sua visão da profissão e a instituição deve ter um modelo explícito e consciente do que ela quer para as crianças, seja uma escola infantil organizada didaticamente, tendo ciência do momento e nível de desenvolvimento de cada criança; não tratando todos como iguais no mesmo período para o desenvolvimento mas proporcionando um ambiente atraente e motivador, produzindo atividades significativas para apoiá-los.

A criança deve ter sua saúde física e mental enfatizadas, bem como a importância dos seus sentimentos, pensamentos e aspectos espirituais. A aprendizagem não é compartimentada, tudo se interliga e existem períodos de aprendizagem especialmente receptivos em diferentes estágios de desenvolvimento. Existe uma vida interior na criança que emerge especialmente em condições favoráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dessa pesquisa foi possível compreender a evolução histórica dos estudos na Educação Infantil, possibilitando maior conhecimento acerca do assunto, entendendo os vários processos na concepção de infância, da criança, com aprimoramento na legislação e no cuidado com as crianças, que até um determinado período eram tratadas como adultos em miniatura, seguindo assim e tendo mudada esta concepção para crianças com sentimentos, querer e direitos.

Pode-se observar também as várias criações e concepções de creches e instituições de educação infantil passaram de assistencialistas para pedagógicas e hoje vivem essa dualidade do assistencialismo, entre o cuidar e o educar.

Evidencia-se a necessidade de uma efetiva união que seja realmente significativa do Poder Público, Secretarias de Educação, escolas, professores, pais e sociedade em geral para a aplicabilidade da legislação e dos cuidados devidos com as crianças nas escolas com sua formação para se ensinar e viver a cidadania, para uma mudança da atual situação.

A criança é um ser em transformação com facilidade de aprender, mas sem uma devida consciência da sua própria existência, sem estrutura e maturação psicológica, física e mental suficiente para transformar e suportar os efeitos mais complexo de seu desenvolvimento, necessitando da intervenção de adultos para tal.

A escola não possui condições para enfrentar sozinha a construção de um novo mundo, mas constitui um recurso social básico que fará parte de uma rede mais ampla, para avançar em direção a uma melhora das condições de vida das crianças, tanto no cuidar como no educar.

Os modelos de educação infantil implantados, ainda não são representativos daquilo que deveria ser o trabalho educativo com essa faixa etária, ainda é um segmento desprovido de identidade nesse binômio cuidar e educar.

Estudar e discutir temas que possibilitem formular critérios para o funcionamento de qualidade das instituições brasileiras de educação infantil sempre é um desafio e, este trabalho acadêmico atenta para isso. A vida cotidiana, apresenta-se, portanto, como um lugar de articulação entre a teoria e a prática.

Tudo o que existe e vive precisa ser cuidado para continuar a existir e viver. O risco que se enfrenta não é de explorar o desconhecido, mas refugiar-se no conforto do conhecido.

REFERÊNCIAS:

Artigo sobre educação da criança. Disponível
<http://www.vidacampestre.com.br/2012/09/a-formacao-do-carater-na-primeira.html>.
 Acesso 09 fev.2018.

Artigo sobre a importância da educação infantil. Disponível
<http://www.ufrgs.br/museupsi/Funcionalismo%20no%20Brasil.pdf>. Acesso 09 fev.
 2018.

ALVES, Walter Oliveira. **Pestalozzi um romance pedagógico**. Editora IDE, edição 2014. p. 01-304.

ALVES, R. **Provocações, entrevista com o jornalista Abujamra**. Programa exibido no youtube. 03 de Maio de 2015. Acesso 16 de Marco 2017.

CORTELLA, Mario Sergio. Livro Educação, convivência e ética. Editora CORTEZ, 2015. P. 01-120.

BRASIL., Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF, 2016.

BRASIL., Lei nº 9.394. Estabelece as Diretrizes da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Presidência da Republica. Brasília, DF.

BRASIL., Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MERC/SEF, 1998.

DAHLBERG, G; MOSS, P; PENCE, A. **Qualidade na Educação da Primeira Infância**: perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Editora Artmed, 2003.

SILVA, Tomaz T. da. **Documentos de Identidade**: Uma introdução às teorias do currículo. São Paulo: Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, Zilma R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

ZABALZA, Miguel. A. **Qualidade em Educação Infantil**. Porto Alegre: Editora Artmed, 1998.

BEE, Helen. **A Criança em Desenvolvimento**. – 9.ed. – Porto Alegre: Editora Artmed, 2003.

SIGNIFICADOS. Significados de Pesquisa Descritiva. 02 jun, 2018.
<[www.significados.com.br/Significadodepesquisa descritiva](http://www.significados.com.br/Significadodepesquisa%20descritiva)> Acesso em 10 out. 2019.

Artigo sobre educação da criança. Disponível
<http://www.vidacampestre.com.br/2012/09/a-formacao-do-carater-na-primeira.html>. Acesso 09 fev.2018.

Artigo sobre a importância da educação infantil. Disponível
<http://www.ufrgs.br/museupsi/Funcionalismo%20no%20Brasil.pdf>. Acesso 09 fev. 2018.

Artigo sobre a pesquisa de campo. Disponível
<http://www.books.scielo.org/apesquisadecampo>. Acesso em 09 de abril. 2018.

Apêndices ou anexos.

Glossário.

